



Passaram dois anos desde que a COVID-19 foi declarada pandemia mundial, com consequências desastrosas para a vida das pessoas e para os seus meios de subsistência. As perdas de emprego e de rendimentos a que assistimos não têm precedentes – aproximadamente quatro vezes mais importantes do que as verificadas durante a crise financeira global de 2009.

A crise abrange todas as pessoas, mas nem todas são afetadas da mesma forma.

Se a vulnerabilidade social das mulheres é por regra alta, essa vulnerabilidade aumenta ainda mais para as mulheres jovens, as mulheres negras, as trabalhadoras migrantes, e as que trabalham na economia informal, incluindo as trabalhadoras domésticas e as mulheres portadoras de deficiência, que acabaram por ser as mais atingidas pela crise. De acordo com os dados mais recentes, em 2021, o mundo do trabalho registou um decréscimo de 13 milhões de mulheres relativamente a 2019.

Esta observação sublinha a urgência de implementar políticas e medidas que levem em conta a dimensão do género.

Tal como referiu o Secretário-geral das Nações Unidas, cerca de 269 milhões de novos empregos poderão ser criados até 2030 se duplicarmos os investimentos na área da educação, da saúde e dos serviços sociais.

Investir nos cuidados – saúde, educação, assistência a crianças e pessoas idosas, ou noutros serviços sociais – permitiria a criação de milhões de novos empregos decentes para as mulheres, capacitando-as a participar ativamente na economia como um todo e contribuindo para uma construção de sociedades mais justas, mais inclusivas e mais dignas.

As mulheres representam dois terços da força de trabalho global. Mas muitas delas ainda são apanhadas em empregos mal pagos, precários ou informais. Exigimos empregos decentes para os profissionais do setor da prestação de cuidados, com condições de trabalho seguras, com salários adequados e proteção social.

Na Administração Pública portuguesa, onde os dados mais recentes referem que cerca de 60% dos postos de trabalho são ocupados por mulheres, a pandemia de SARS-CoV-2, em conjunto com tudo o que ela acarretou em termos de prestação de trabalho, tanto presencial como não presencial, tornou evidente a necessidade de haver um cada vez maior empenho no aprofundamento de todas as questões relacionadas com a conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar.

O movimento sindical continuará a lutar para tornar o investimento na saúde uma realidade em todo o mundo, de modo a garantir mais empregos decentes para as mulheres.

8 de março de 2022